

**Antecedentes Genéricos e a Interpretação dos Pronomes Plenos:
Comentários a “Anaphora with Generic Antecedents
in Brazilian Portuguese”, de Ana Muller**

Sergio Menuzzi (PUCRS)

Encontro Nacional da ANPOLL, 4 a 7 de junho de 2000
GT de Teoria da Gramática, Mesa Temática sobre Anáfora

1. Introdução

Ana Muller (neste volume; ‘AM’ daqui por diante) apresenta alguns fatos interessantes do Português Brasileiro (‘PB’) concernentes às opções anafóricas apropriadas para certos tipos de antecedentes genéricos, fatos que se tornam especialmente relevantes em virtude de algumas análises recentes destes tipos de NPs. A primeira observação de interesse discutida por AM diz respeito às opções anafóricas disponíveis com antecedentes *indefinidos genéricos*, como *um milionário* em (1) abaixo. Como se vê, tais antecedentes parecem poder ser retomados tanto por um *pro* quanto um pronome expresso:

- (1) a. *Um milionário* sempre acha que (*pro*) é muito poderoso
b. *Um milionário* sempre acha que *ele* é muito poderoso

De acordo com AM, o que é particularmente notável em relação a (1a,b) é que, de acordo com a análise proposta por ela e Esmeralda Negrão (Negrão & Muller 1996; ‘EN e AM’ daqui por diante) e reformulada por ela própria (em Muller 1997), a frase em (1b) deveria ser inaceitável. A razão disso é que o possessivo *seu* e *pro* estariam se especializando, em PB, como formas interpretadas como variáveis ligadas e seriam, por isso, em geral ligadas por antecedentes quantificacionais como *um milionário* em (1). Já os “pronomes plenos” *dele* e *ele*, por outro lado, estariam se especializando como formas apropriadas para expressar correferência e seriam, portanto, em geral ligados a NPs referenciais como *João* ou *aquele menino*.¹ A aceitabilidade de (1b) parece pôr em dúvida esta maneira de interpretar os fatos, de onde a pergunta a que AM procura responder: Por que *ele* pode se referir a um NP quantificacional como *um milionário* em (1b)?

O segundo fato de interesse discutido por AM diz respeito às opções anafóricas compatíveis com antecedentes *genéricos definidos*, como *o político* em (2) abaixo, e com *antecedentes que nomeiam lugares e/ou instituições*, como em (3):

- (2) *O político* sempre acha que {*pro*/**ele*} está com a razão
(3) *Curitiba* não quer que {*sua/a*} natureza {**dela*} seja destruída

O problema colocado por (2) é o seguinte: de acordo com a análise semântica de Carlson (1977, 1982) e Krifka et alii (1995), NPs definidos genéricos são melhor tratados como *nomes próprios para “tipos”* (ing. *kinds*), i.é, entidades semânticas abstraídas a partir das propriedades típicas de

¹ Na verdade, AM adota a análise de Heim 1982 de acordo com a qual genérico indefinidos como *um milionário* em (1b) não são eles mesmos quantificadores; antes, introduzem uma variável aberta que é ligada por um operador genérico abstrato GEN; para os fins destes comentários, a distinção não parece ter maiores consequências, SMJ.

uma certa classe de indivíduos (p. ex., quando dizemos que *O gato é um felino quadrúpede*, nos referimos ao *tipo* dos gatos, não à classe de indivíduos que são gatos, já que há gatos mancos...). Nomes próprios são, em geral, NPs referenciais, não quantificacionais e, portanto, podem entrar em relações de correferência, e não necessariamente de ligação de variáveis. Assim, NPs definidos genéricos como *o político* em (2), a adotar-se a análise de Carlson e Krifka *et alii*, deveriam se comportar, para fins de anáfora, como nomes próprios.

Por outro lado, como vimos, de acordo com EN e AM, formas como *seu* e *pro* só poderiam entrar em relações anafóricas em que são interpretadas como variáveis, e não em relações de correferência. Ora, se *o político* em (2) é um nome próprio e deve poder entrar em relações de correferência, e se a análise de EN e AM das formas *seu* e *pro* está correta, então concluímos que em PB a única opção anafórica que deveria ser aceitável com *o político* em (2) seria o pronome *ele*, justamente a forma que AM julga inaceitável. A pergunta que AM se propõe a responder com relação a (2) é: por que definidos genéricos, sendo nomes próprios para tipos, não podem ser retomados por formas especializadas para correferência, como *ele*, em PB?

O contraste em (3) coloca um problema similar: nomes próprios de lugares e/ou instituições, sendo nomes próprios, também deveriam entrar em relações de correferência e, portanto, também deveriam poder ser retomados por formas especializadas para correferência, como *ele*. Entretanto, segundo AM, este não parece ser o caso, cf. (3), e a pergunta é por quê.

Em resumo, AM se propõe a responder ou a sugerir uma resposta para três perguntas:

- (4) a. Como é possível que *ele*, uma forma especializada para correferência em PB, possa se referir a um NP quantificacional como *um milionário* em frases como (1b)?
- b. Por que definidos genéricos, que são nomes próprios para tipos, não podem ser retomados por formas especializadas para correferência, como *ele*, em PB?
- c. Por que nomes próprios para lugares e/ou instituições também não podem?

No que segue, eu gostaria de discutir brevemente as sugestões oferecidas por AM para responder a (4a,b,c) e, finalmente, fazer algumas considerações mais gerais sobre os contrastes que encontramos em PB entre formas como *seu* e *pro*, de um lado, e como *dele* e *ele* de outro, e sobre a relação destes contrastes com a dicotomia entre interpretação correferencial e interpretação de variável ligada.

2. Sobre o uso de *ele* com indefinidos genéricos em PB

Com respeito a (4a), a linha de resposta que AM adota se baseia em duas sugestões, uma de ordem empírica e outra, analítico-teórica. Com relação a sugestão de ordem empírica, AM afirma que a frase (1b) só é gramatical quando o pronome *ele* é “acentuado” ou “focalizado”, o que quer dizer que o pronome deve receber um “acento” mais proeminente do que em seu uso “não-acentuado”. Isso é representado pela transcrição em maiúsculas:

- (5) *Um milionário* acha que {*ELE*/**ele*} é muito poderoso

A hipótese analítico-teórica de AM, por outro lado, é a de que “*ele* pode ser usado com antecedentes não-referenciais focalizados porque focalização, de algum modo, torná-los-ia “referenciais” ao fazer com que sejam proeminentes no contexto” (p.9). Mais adiante, indica que a idéia é que “denotações contrastadas têm, de algum modo, sua existência pressuposta, ao menos como

referentes do discurso, a fim justamente de serem contrastadas” (id.). AM oferece ainda algumas breves notas acerca de observações de Rooth (1985, 1995) e Krifka (1995) acerca da semântica de expressões focais que, segundo ela, iriam a favor de sua hipótese.² Finalmente, AM enfatiza que estas sugestões indicam que deve “trocar [sua] hipótese de que *ele* é um pronome referencial pela hipótese de que é um pronome ‘existencial’ – *ele* pressupõe a existência da entidade que seu antecedente põe em proeminência” (id.).

Como se vê, pode-se identificar várias afirmações por trás das sugestões de AM acima reportadas. Abaixo, eu enumero aquelas que me parecem mais claras:

- (6) a. Quando usado para se referir a um indefinido genérico, o *pronome* deve ser “acentuado”;
- b. Nestes casos, os *antecedentes* dos pronomes são focalizados;
- c. Sua focalização os torna “referenciais” porque “denotações contrastadas têm sua existência pressuposta”.

Avaliemos brevemente estas afirmações, começando por (6a). Embora eu também perceba uma leve melhoria de aceitabilidade em (5) com o uso “acentuado” do pronome *ele*, a frase, por alguma razão, ainda assim não me parece muito natural. Creio que, se eu tivesse que expressar o conteúdo proposicional que se espera que (5) expresse, eu diria algo como (7a) ou (7b):

- (7) a. *Um milionário* sempre *se* acha muito poderoso
- b. *Todo o milionário* acha que (*pro*) é muito poderoso

Por outro lado, há contextos que me parecem mais naturais e em que, também me parece, o pronome é perfeitamente viável sem exigir necessariamente uma linha entonacional particular ou “acento”, como em (8a); compare-se com (8b); e (8c) com (8d):

- (8) a. *Um milionário* sempre precisa acreditar que os outros acham que *ele* é muito poderoso
- b. *O João* sempre precisou acreditar que os outros achavam que *ele* era muito poderoso
- c. Quando *um milionário* diz que precisa de dinheiro, é porque *ele* precisa de muito dinheiro
- d. Quando *o João* diz que precisa de dinheiro, é porque *ele* precisa de muito dinheiro

(Notar que em (8c) temos uma estrutura conditional em que, de acordo com a teoria de Heim, adotada por AM, o indefinido genérico recebe precisamente o mesmo tipo de interpretação que recebe em (8a) – i.é, é uma “variável livre ligada por um operador genérico com escopo sobre toda a sentença”.) De qualquer modo, julgamentos sobre se um elemento é “acentuado” ou não podem não ser muito claros, do que talvez precisássemos de um trabalho descritivo ou experimental sobre a prosódia de *ele* em contextos como (5) ou (8) que fosse mais detalhado, para verificar se a afirmação (6a) é válida em geral, ou se resulta da observação de alguns contextos particulares, ou se há diversidade dialetal, etc.

² Devo aqui confessar meu desconhecimento dos trabalhos de Rooth e Krifka. Lamentavelmente, as breves observações de AM no manuscrito não me permitem julgar o quanto estes trabalhos podem esclarecer a situação.

Consideremos agora a afirmação (6b), segundo a qual o *antecedente* indefinido é focalizado em contextos em que, como em (5), ele é RETOMADO por um pronome “acentuado”. É de se notar, de saída, que, sendo o *pronome* o elemento “acentuado”, esperaríamos que ele, o pronome, fosse o elemento focalizado, não necessariamente o antecedente indefinido. Ainda assim, é possível que, em tais estruturas, a focalização do pronome pressuponha ou implique a “focalização” do antecedente. Entretanto, para sabermos se isso é verdade ou não, seria preciso termos algum teste relativamente confiável que nos permitisse dizer quando uma posição ou um constituinte da frase é “focalizado” ou não, e, como bem sabemos, funções discursivas como as de foco e tópico são notoriamente fugidias...

Um dos testes tradicionais para identificação do “foco” de uma frase, recentemente revisto e discutido em Zubizarreta (1998), é o teste da pergunta: presume-se que, sendo o foco da frase o constituinte que expressa a “informação nova”, em contextos de pergunta-resposta, o constituinte “que responde” à pergunta é o foco da resposta. P.ex., em (9) abaixo, o foco da resposta é *João*; em (10), *no cinema* é o foco:

- (9) A: *Quem* a Maria viu no cinema?
B: A Maria viu O JOÃO no cinema.

- (10) A: *Onde* a Maria viu o João?
B: A Maria viu o João NO CINEMA.

Usemos, então, o teste da pergunta para saber se, em frases como (5) ou (8), a “focalização” do pronome pressupõe ou implica que o antecedente também está “focalizado”, ou vice-versa. Considere (11):

- (11) A: *Que pessoa* um milionário sempre acredita que os outros acham que ___
é muito poderosa?
B: Um milionário sempre acredita que os outros acham que ELE é muito poderoso

O diálogo em (11) mostra, me parece, que o pronome *ele* pode se referir a um indefinido genérico e ser simultaneamente ele, o pronome, o foco da frase, sem que isso implique que o indefinido foi focalizado; ao contrário, *um milionário* é informação velha em (11). O reverso também parece ser possível, cf.

- (12) A: *Que tipo de pessoa* sempre acredita que os outros acham que ela é muito poderosa?
B: UM MILIONÁRIO sempre acredita que os outros acham que é ele muito poderoso...

Em suma, exemplos como (12) sugerem que um antecedente genérico indefinido pode ser o foco de uma frase sem que um pronome que o recupere o seja, enquanto que exemplos como (11) sugerem que um pronome que se refere a um tal antecedente pode ser o foco da frase sem que o antecedente o seja. Assim, a afirmação (6b) não parece estar correta, ao menos se considerarmos como “foco da frase” a noção tradicional de “foco”. Por outro lado, deve-se observar que a literatura recente tem proposto distinguir-se “foco” de “elemento contrastivo” (ver, por ex., Zubizarreta), e assim ainda é possível que (6b) seja verdadeiro não do “foco” da frase, mas de elementos contrastivos, possibilidade que não discutirei aqui.

Tentemos agora avaliar a afirmação (6c). Esta é particularmente difícil de ser verificada porque as noções intuitivas de “referência” e “existência” a que AM faz apelo podem não ser as noções usuais da semântica das condições de verdade. Suponhamos, entretanto, que sejam.

Diz-se de um NP que ele tem “referência” quando denota um indivíduo e pode entrar em relações de correferência. Um teste elementar para indicar se um NP pode entrar em relações de correferência é o teste da *sloppy identity vs. strict identity*: se um NP permite que um elemento anafórico a ele associado se interpretado como se referindo ao indivíduo denotado por este NP, então ele tem uma interpretação referencial; se, por outro lado, o elemento anafórico é interpretado somente como uma variável ligada, então é porque o antecedente não é correferencial e pertence, portanto, a uma estrutura quantificacional. Testemos a interpretação de um pronome associado ao um indefinido genérico:

- (13)a. *Um milionário* sempre acredita que os outros acham que *ele* é muito poderoso;
um homem comum não ~~acredita que os outros acham que ele é muito poderoso~~.
b. *O João* acreditava que os outros achavam que *ele* era muito poderoso;
o Paulo não ~~acredita que os outros acham que ele é muito poderoso~~.

Se a elipse em (13a) puder ser interpretada como “um homem comum não acredita que os outros acham que ele, o homem *milionário*, é muito poderoso”, então AM está certa e *um milionário* pode ter uma interpretação referencial nestes contextos. Quanto aos meus julgamentos, confesso que, enquanto (19b) é nitidamente ambígua, a interpretação mais saliente de (13a), para mim, é a de *sloppy identity* – isto é, “um homem comum não acredita que os outros acham que ele, o homem *comum*, é muito poderoso” --, o que sugere que *um milionário* pode certamente ser interpretado como um NP quantificacional e o pronome, como uma variável ligada; a interpretação correferencial não me parece óbvia, mas é talvez possível. Seja como for, a possibilidade de *sloppy identity* em (13a) revela que, mesmo que haja “focalização” do indefinido genérico em (13a), isto não parece exigir que ele seja interpretado referencialmente, como sugere a afirmação (6c) acima (ou melhor, não ao menos no sentido usual que se atribui a “interpretação referencial”).

Note-se, além disso, que, para aqueles que admitem a interpretação com *sloppy identity* in (13a) e (13b), como eu mesmo, a conclusão deve ser a de que *ele*, afinal de contas, pode ser interpretado como uma variável para estes falantes do PB; ou seja, para estes falantes, a hipótese de EN e AM de que formas como *ele* e *dele* expressam correferência, *exclusivamente*, não se aplica. Isso não quer dizer, por outro lado, que estas formas não *favoreçam* a correferência nestes dialetos, mas este é um assunto que não poderei discutir aqui.

Consideremos, finalmente, a segunda parte da afirmação (6c), aquela que sugere que um NP, quando “focalizado”, tem a “existência de sua denotação pressuposta”, já que só assim seria possível “contrastá-lo” com outro NP. Em semântica das condições de verdade, pode-se dizer que a denotação de um NP “existe” se e somente se a interpretação deste NP é tal que haja pelo menos um indivíduo a que ela se refira (e que torne a frase em que o NP aparece verdadeira). Por exemplo, em (14) abaixo diz-se que *um rapaz* tem interpretação existencial porque, para a frase ser verdadeira, deve haver pelo menos um indivíduo que seja um rapaz e que tenha beijado Maria:

- (14) O João disse que um rapaz beijou a Maria

Presumivelmente, (6c) implica que, quando “focalizados” ou “contrastados”, NPs quantitativos se tornem existenciais porque “denotações contrastadas têm sua existência pressuposta”. Considere, entretanto, exemplos como os em (15) e (16):

(15) O Paulo gosta de Maria, e de *ninguém mais*.

(16) A: *Que pessoa* o Paulo queria encontrar na festa?

B: Que eu saiba, o Paulo não queria encontrar *ninguém*.

Em (15), temos um caso de estrutura contrastiva – *ninguém mais* contrasta com *Maria*, que é a única pessoa de quem Paulo gosta. Note que, apesar de ser “contrastivo”, *ninguém mais* não implica a existência de um indivíduo: da frase (15) segue-se que “Não existe uma pessoa *x* tal que *x* não seja Maria e Paulo goste de *x*”, e não que “Existe uma pessoa *x* tal que *x* não é Maria e Paulo não gosta de *x*”.³ Em (16), por outro lado, *ninguém* é, como vimos, o foco da resposta; entretanto, nem por isso *ninguém* implica a existência de um indivíduo: de (16) segue-se que “Não existe uma pessoa *x* tal que Paulo queria encontrar *x* na festa”, e não que “Existe uma pessoa *x* tal que Paulo não queria encontrar *x* na festa”.

Assim, nem contraste nem focalização parecem ser suficientes para fazer com que um NP se torne “existencial” no sentido usual deste termo, do que se conclui ou que a afirmação em (6c) está incorreta, ou devemos precisar melhor o que se entende por uma interpretação “existencial”, ou por “contraste/focalização”.

Em resumo, como procurarei demonstrar, das três sugestões contidas em (6a,b,c) – com as quais AM procura solucionar o problema levantado pelo uso do pronome *ele* com indefinidos genéricos para a análise que ela e EN propuseram para formas como *ele --*, (6a) precisa de estudo empírico mais detalhado para ser confirmada, e (6b,c) ou são incorretas, ou precisam de reformulação apropriada. Finalmente, é preciso também lembrar que a análise das formas como *ele* que AM procura sustentar – segundo a qual estas formas não podem ser interpretadas como variáveis ligadas e devem necessariamente ser interpretadas como formas referenciais – possivelmente não é válida como tal para todos os dialetos do PB; em particular, não é válida para aqueles falantes do PB que admitem uma interpretação com *sloppy identity* em frases como (13a,b).

3. Sobre a restrição no uso de *ele* com definidos genéricos e nomes próprios de lugares/instituições

Não pretendo discutir esta observação em detalhe, mas gostaria de apontar rapidamente duas coisas em relação a ela. Primeiro, talvez fosse interessante estudá-la à luz dos fatores que Sônia Cyrino [SC] revelou serem determinantes na distribuição de *objetos* nulos, por oposição às formas do pronome pleno *ele* em PB: segundo ela, tanto antecedentes [–específicos] quanto antecedentes [–animados] favorecem o uso do objeto nulo, em detrimento da forma *ele*. Evidentemente, definidos genéricos são [–específicos], e nomes próprios de lugares/instituições, [–animados].

³ É evidente que, contextualmente, podemos inferir esta última proposição a partir de (15); mas que esta inferência é uma implicatura, i.é, uma inferência pragmática, e não uma consequência lógica do significado de (15), é revelado pelo fato de que ela pode ser cancelada (cf. Grice 1975, Levinson 1983, etc.), cf.:

(i) O Paulo gosta de Maria, e de *ninguém mais*. Não que eu queira dizer com isso que ele não goste de alguém. Ele é simplesmente indiferente às demais pessoas.

Observação similar vale para (16), evidentemente.

Assim, é possível que a restrição observada por AM revele que *seu, pro e objetos nulos* formem uma “classe natural” de opções anafóricas, por oposição às formas do pronome pleno (*ele, dele, etc.*). Voltarei brevemente a esta questão no meu comentário final.

Ainda com respeito à relação entre a observação feita por AM e a feita por SC, eu gostaria de adicionar o seguinte comentário: se, de fato, a restrição percebida por AM tem a ver com a restrição imposta por antecedentes [–específicos] e [–animados] sobre a escolha do pronome pleno como opção anafórica, então esperaríamos que a restrição observada por AM *não* fosse categórica – já que, no corpus pesquisado por SC, o uso de nulos, por oposição ao uso do pronome pleno, só se aproxima do categórico quando os antecedentes são *simultaneamente* [–específicos, –animados]. Evidentemente, este não seria o caso de um definido genérico como *o político*, que é [–específico] mas [+animado], ou com nomes próprios de lugares, como *Curitiba*, que é [–animado] mas [+específico]. E, de fato, me parece que há contextos em que estes tipos de antecedentes não podem evitar o uso da forma plena, como em:

- (17) a. Quando *o político* precisa escolher entre seu interesse individual ou o do seu partido, {*ele/??pro*} sempre se decide pelo seu próprio.
b. Embora *Curitiba* tenha crescido rapidamente, {*ela/??pro*} continua sendo uma cidade muito agradável.

As razões pelas quais o pronome é favorecido em (17a,b) me escapam; mas o ponto é: se os julgamentos em (17a,b) forem válidos para o dialeto de AM, então somos obrigados a concluir que a restrição no uso das formas *ele/dele* com definidos genéricos/nomes de lugares/instituições não pode ser categórica.

4. Sobre a especialização das formas *seu* e *pro* para a interpretação como variável ligada

Começemos lembrando que, de acordo com AM e EN, o uso anafórico das formas *seu* e *pro* em PB é caracterizado por sua especialização para a interpretação de variável ligada, enquanto que, por oposição, as formas *ele* e *dele* seriam especializadas para a interpretação correferencial. Como eu disse antes, se interpretamos esta análise como presumindo uma restrição categórica sobre o uso daquelas formas, é muito possível que ela não seja válida para todos os dialetos do PB. Mas eu também disse que isso não significava que, nestes dialetos, formas como *seu* e *pro* não favorecessem a interpretação de variável ligada. Ao contrário, há bons indícios de que isso é verdade.

Com relação a forma *seu*, o indício mais forte é que pode tomar como antecedente qualquer NP quantificacional, mas não é normalmente usado com antecedentes referenciais, cf.

- (18)a. *Quem* esquece {*seu* livro/(?)*o livro *dele*} em casa não quer estudar
Cada um deve fazer {*sua* parte/(?)*a parte *dele*} para que...
b. *Tudo o que é lingüista* vive tentando publicar {*seus* artigos/os artigos *dele*}
na Linguistic Inquiry
Muita atriz não esconde que {*seu* principal mérito/o principal mérito *dela*}
é ser bonita
c. *O João* já viu {*??seu* retrato/o retrato *dele*} no jornal?
Aquelas garotas nunca tinham confiado na {*??sua* professora/professora *delas*}

De acordo com os julgamentos em (18), *seu* só não aceita muito bem antecedentes como *o João e aquelas garotas*, que são definidos, referenciais (a interpretação preferencial de *seu* em (18b) é a de segunda pessoa). Esta restrição é bem conhecida na literatura sobre o PB, em que se nota que uma de nossas particularidades é justamente o uso de *dele* como o possessivo de terceira pessoa. A observação de que *seu* ainda é um possessivo adequado para NPs quantificacionais é mais recente e, tanto quanto sei, se origina do trabalho Giselle Machline Silva (1982; ver também Menuzzi 1996, 1999 e AM ...), que descobriu a seguinte distribuição no *corpus* Censo de Variação na Cidade do Rio de Janeiro:

Distribuição de *seu* (versus *dele*) de acordo com o tipo do antecedente (cf. G. Silva 1991:94)

Antecedente	Ocorrências	Frequência
totalmente gerais (p.ex., <i>todos, qualquer um</i>)	66/66	100%
indefinidos não-referenciais (<i>um cara, mulher</i>)	13/23	56,52%
definidos não-referenciais (<i>o cara, o ser humano</i>)	17/110	15,45%
definidos denotando grupo de tamanho ilimitado (<i>os padres, as crianças</i>)	3/46	6,52%
definidos denotando grupo de tamanho limitado (<i>meus netos, meus alunos</i>)	2/40	5%
totalmente definidos (nomes próprios, etc.)	14/924	1,44%

“Totalmente geral” são, aparentemente, antecedentes quantificacionais cujo domínio de quantificação não é restrito por um N comum; “indefinidos não-referenciais” incluem Ns precedidos do artigo indefinido ou de pronomes indefinidos (i.é, quantificadores como *todo, qualquer, algum*, etc.), plurais contáveis (p.ex., *homens* em *Homens usam cueca*) e indefinidos singulares sem artigo (*mãe* are *Mãe que é mãe quer o melhor pr’o seu filho*) (cf. Silva 1991:97.) “Totalmente definidos”, por outro lado, são os definidos referenciais, i.é, nomes próprios, NPs singulares com artigo definido ou demonstrativo, pronomes pessoais. Assim, o quadro acima reflete, em frequência, julgamentos como os em (18): *seu* é obrigatório com NPs quantificacionais “gerais” (100% de frequência), uma opção junto com *dele* com quantificação restrita (55%), mas praticamente excluído com NPs claramente referenciais (menos de 2%). Em suma, parece claro que *seu* é uma opção favorecida por NPs quantificacionais e, portanto, tem preferência sobre o pronome pleno (*d)ele* para a interpretação como variável ligada.

Não conheço trabalhos que tenham verificado se o mesmo tipo de condicionamento na distribuição de *pro* versus *ele* em corpus de fala ou experimentalmente, e, portanto, aqui a evidência se limita a julgamentos dos falantes dos diferentes dialetos do PB, que nem sempre são claros ou confiáveis nestes casos. De qualquer modo, no meu dialeto há contextos em que o contraste em (18) acima não se reproduz e em que o agrupamento natural dos antecedentes não opõe NPs quantificacionais a NPs referenciais; antes, grosseiramente falando, a oposição é entre NPs quantificados como *ninguém, todo mundo, quem*, etc. – NPs “totalmente gerais” –, contra NPs quantificados restritos e NPs referenciais: os últimos são compatíveis tanto com *pro* quanto com *ele*; os primeiros, somente com *pro* (esta restrição tendo sido observada pela primeira vez, tanto quanto sei, por Montalbetti 1984):

- (19)a. *Ninguém* admite que {*pro/?*ele*} recebe dinheiro por fora (para aprovar...)
 b. *Nenhum político* admite que {*pro/ele*} recebe dinheiro por fora (...)
 c. *O Paulo* não admite que {*pro/ele*} recebe dinheiro por fora (...)

Assim, no caso de *pro* não podemos argumentar que os antecedentes que admite permitem dizer que favorece a interpretação de variável ligada. Ainda assim, me parece que este favorecimento existe e é revelado por contrastes interpretativos entre frases como (20a) e (21a) abaixo: há um certo consenso entre os falantes do meu dialeto de que uma sentença como (20a) abaixo é preferencialmente interpretada como (20b) e não como (20c); (21a), ao contrário, é preferencialmente interpretada como (21c) e não como (21b) (“%” abaixo marca a interpretação menos saliente ou desfavorecida):

- (19) a. Não foi só *o João* que disse que *pro* tinha estado na festa da Maria. [pro]
o Paulo também disse.
- b. Não foi só *o João* que disse que *ele, João*, tinha estado na festa da Maria.
o Paulo também disse que *ele, Paulo*, tinha estado na festa da Maria.
- c. % Não foi só *o João* que disse que *ele, João*, tinha estado na festa da Maria.
o Paulo também disse que *ele, João*, tinha estado na festa da Maria.
- (20) a. Não foi só *o João* que disse que *ele* tinha estado na festa da Maria. [ele]
o Paulo também disse.
- b. % Não foi só *o João* que disse que *ele, João*, tinha estado na festa da Maria.
o Paulo também disse que *ele, Paulo*, tinha estado na festa da Maria.
- c. Não foi só *o João* que disse que *ele, João*, tinha estado na festa da Maria.
o Paulo também disse que *ele, João*, tinha estado na festa da Maria.

Se este tipo de contraste se revelasse robusto (experimentalmente ou em *corpus*), então poderíamos concluir que *pro* favoreceria a interpretação em que há *sloppy identity*, e não a interpretação em que há *strict identity*, enquanto que *ele* mostraria o padrão inverso. Isto é, de fato confirmaríamos que *pro* favorece a interpretação de variável ligada, por oposição ao pronome *ele*.

Estes contrastes associados à interpretação de variável ligada que parecem distinguir *pro/seu* das diferentes formas dos pronomes pessoais de terceira pessoal são, é claro, intrigantes em si mesmas; mas o que mais me intriga nelas é que fazem parte de uma padrão geral, pode-se mesmo dizer que universal, que podemos descrever aproximadamente do seguinte modo:

(22) *Economia Morfossintática para Variáveis Ligadas*

Se uma língua dispõe de formas anafóricas alternativas para uma determinada posição sintática, então a forma anafórica favorecida, ou mesmo exigida em alguns casos, para uma variável ligada naquela posição, é a forma mais econômica quanto à especificação de traços- ϕ (em relação ao antecedente).

(22) cobre, evidentemente, os contrastes entre *seu/pro* e *ele/dele* que vimos discutindo. Vale também para uma outra observação muito comum na literatura sobre teoria da ligação (para o PB, ver a própria AM, 1997): mesmo quando uma língua permite pronomes localmente ligados como um alternativa ao reflexivo/anafórico, este último é a única opção, ou ao menos a opção favorecida para uma variável ligada. Em PB, por exemplo, tanto (23a) quanto (24a) são perfeitamente aceitáveis; entretanto, (23a) certamente favorece à interpretação com *sloppy identity*, enquanto que (23b) favorece a interpretação com *strict identity*:

- (23)a. *O Paulo sempre confiou em si, e o João também.* [si]
 b. *O Paulo sempre confiou nele, Paulo,
 e o João também sempre confiou nele, João.*
 c. % *O Paulo sempre confiou nele, Paulo,
 e o João também sempre confiou nele, Paulo.*

- (24)a. *O Paulo sempre confiou nele; o João também.* [ele]
 b. % *O Paulo sempre confiou nele, Paulo,
 e o João também sempre confiou nele, João.*
 c. *O Paulo sempre confiou nele, Paulo,
 e o João também sempre confiou nele, Paulo.*

Evidentemente, (22) se aplica ao contraste entre *si* e *ele*, também. E, como os contrastes do PB, encontramos muitos outros semelhantes nos mais diversos tipos de línguas. Por exemplo, contrastes similares aos discutidos aqui são encontrados em todas as línguas românicas, com certas variações interessantes, mas que não afetam (22), tanto quanto *sei*. Mais interessantes são, evidentemente, fenômenos semelhantes em línguas que não são tão próximas historicamente ao PB. Encontramo-los em japonês, em que NPs quantificacionais só podem ligar argumentos nulos ou o anafórico *zibun*, mas não pronomes, como observaram Saito & Hoji (1983: 247; note que *zibun* pode ser ligado à distância e, além disso, pode ocupar a posição de sujeito da oração subordinada em japonês):

- (25)a. *John-ga* [*kare-ga* Mary-ni kirawareteiru to] omoikondeiru (koto)
 John-NOM [he-NOM Mary-por ser-odiado COMP] estar-convencido (do-fato)
 ‘John estava convencido (do fato) de que *ele* era odiado por Maria’
 b. **Daremo-ga* [*kare-ga* Mary-ni kirawareteiru to] omoikondeiru (koto)
 Todo-mundo-NOM ...
 ‘Todo mundo estava convencido de que era odiado por Maria’
- (26)a. *John-ga* [{*pro/zibun-ga*} Mary-ni kirawareteiru to] omoikondeiru (koto)
 John-NOM [{*pro/SE-NOM* Mary-por ser-odiado COMP] estar-convencido (do-fato)
 ‘John estava convencido (do fato) de que *ele* era odiado por Maria’
 b. *Daremo-ga* [{*pro/zibun-ga*} Mary-ni kirawareteiru to] omoikondeiru (koto)
 Todo-mundo-NOM ...
 ‘Todo mundo estava convencido de que era odiado por Maria’

O mesmo contraste se reproduz em posições de objeto, já que não apenas *zibun* pode ser ligado à distância também em posição de objeto, como o japonês dispõe de objetos nulos (cf. Montalbetti 1984: 184-6). O importante aqui é: se de fato o contraste entre (25) e (26) estiver ligado exclusivamente ao fato de que pronomes não podem ser interpretados como variáveis ligadas em japonês (para uma alternativa a ser eliminada, ver Menuzzi 1999: ...), então ele também é coberto por (22) acima – afinal, tanto argumentos nulos quanto *zibun*, ao contrário de pronomes em japonês, são não especificados para traços- ϕ de seus antecedentes.

Um padrão similar ao que vemos no sistema de possessivos em PB pode ser encontrado em russo, tal como reportado por Avrutin (1994). (27a) abaixo mostra que, com NPs para os quais há uma interpretação referencial, pode-se usar tanto um pronome possessivo quanto o reflexivo

possessivo para a retomada anafórica; mas, com NPs estritamente quantitativas, somente o reflexivo possessivo é possível, cf. (27b):

- (27) a. *Amerikanskije turisty opisali {ix/svoi} goroda*
 Americanos turistas descreviam {PRON/SE} cidades
 ‘Turistas americanos descreviam suas cidades’
 b. *Kadyj student citaet {svoju/*ego} knigu*
 Todo aluno está-lendo {SE/*PRON} livro
 ‘Todo aluno está lendo seu livro’

Avrutin conclui que o reflexivo deve ser usado para expressar a interpretação de variável ligada. E, de novo, a generalização em (22) se aplica: o reflexivo possessivo russo é a forma possessiva do anafórico *sebja*, um anafórico de tipo SE, isto é, uma forma pronominal subespecificada (em russo, não é especificado nem para pessoa).

Curiosa mas reveladoramente, mesmo em línguas em que não há, normalmente, a disponibilidade de formas alternativas no mesmo contexto sintática, nos poucos casos em que tal disponibilidade se apresenta encontramos o mesmo efeito: a forma menos especificada para traços- ϕ . Isto acontece até mesmo com o inglês, que em geral não dispõe de formas subespecificadas como *pro* ou anafóricos do tipo SE. Como Huang (1995:167-8) observou, entretanto, há certos contextos em que tanto PRO e pronomes podem ser usados; nestes contextos, antecedentes quantitativos exigem PRO:

- (28) a. *John enjoys PRO reading these books*
 b. ??*John enjoys his reading these books*

- (29) a. *Who enjoys PRO reading these books?*
 b. **Who enjoys his reading these books?*

Em resumo, parece haver forte evidência comparativa de que, de fato, certas formas anafóricas favorecem ou “são especializadas” para a interpretação como variáveis ligadas. Este favorecimento, por outro lado, não parece ser categórico, já que nem todas as línguas apresentam o efeito, e quando o apresentam, ele emerge justamente nos contextos em que há, em princípio, mais de uma forma anafórica alternativa, como no contraste entre (28) e (29). O efeito é sustado nos contextos em que não há tal competição – neste caso, os pronomes se tornam possíveis.

Este efeito de “otimidade” – escolha a melhor forma anafórica para expressar variáveis sempre que houver mais de uma alternativa – também foi notado anteriormente, em particular por Montalbetti. Segundo ele, embora o pronome pleno não pudesse ser interpretado como uma variável ligada na posição de sujeito, para a qual há a alternativa de *pro*, como em (30a) abaixo, esta restrição não podia ser absoluta porque o mesmo pronome podia ter esta interpretação se o contexto não dispusesse de outra alternativa, como em (30b):

- (30) a. *Muchos plumeros creen que {pro/ellos} compraron un pulpo*
 Muitos bombeiros acreditam que {pro/eles} compraram um polvo
 b. *Muchos plumeros quieren que María confie en {ellos/*si/pro}*
 Muitos bombeiros querem que Maria confie neles

De modo similar, Avrutin também observou que, embora o reflexivo possessivo russo seja obrigatório para uma variável em contextos em que ambos o reflexivo e o pronome são possíveis, o pronome se torna a única alternativa quando o reflexivo, por razões independentes, é inviável – por exemplo, quando o antecedente está muito longe ou não é o sujeito da oração (em geral, anafóricos do tipos SE são “orientados-ao-sujeito”; ver Menuzzi 1999 para discussão):

- (31) a. *Amerikanskije turisty* skazali [cto Ivan posetil {ix/*svoj} goroda]
Touristas americanos disseram[que Ivan visitou {PRON/*SE} cidades]
- b. *Kadaja devočka* pokazala Olge {svoju/*eë} komnatu
Cada garota mostrou (a) Olga {SE/*PRON} quarto
- c. Ol'ga pokazala *kadoj devočke* {eë/*svoju} komnatu
 Olga mostrou (a) *cada garota* {PRON/*SE} room

Quanto ao fato de que a generalização em (22) acima é um “efeito de otimidade” – portanto, a restrição sobre a interpretação de variável ligada é, em geral, relativa, e não categórica -- , não chega a ser surpreendente, não ao menos a mim, já que, como argumentei em minha dissertação, há boas razões para acreditar que as restrições gramaticais sobre formas anafóricas interagem como um sistema de otimidade – as condições são violáveis quando não há melhor alternativa no sistema anafórico de uma língua.

O que acho particularmente intrigante – e ainda à espera de uma explicação adequada – é o fato de que, se possível, formas subespecificadas, i.é, morfossintaticamente econômicas, são escolhidas para variáveis: qual seria a razão disso? É nesse contexto que as funções anafóricas “especializadas” das formas *seu* e *pro* em PB, notadas pela AM e pela EN, me parecem adquirir significação. E mais: me pergunto se as demais restrições notadas pela AM com relação ao uso de pronomes plenos – por exemplo, com relação a antecedentes definidos genéricos e a nomes próprios de instituições/lugares – não estariam associadas, de algum modo, a (22).

5. Referências

- Carlson, G. N. (1977) “Reference to Kinds in English”. Dissertação de Doutorado, Universidade de Massachusetts, Amherst (EUA).
- Grice, H. P. (1975) “Logic and Conversation”. In Cole & Morgan, eds., *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*, págs. 41-58. Academic Press, Nova Iorque.
- Heim, I. (1982) “The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases”. Dissertação de Doutorado, Universidade de Massachusetts, Amherst (EUA).
- Krifka, M. (1995) “Focus and the Interpretation of Generic Sentences.” In Carlson & Pelletier, eds., *The Generic Book*, págs. 238-264. Chicago University Press, Chicago.
- Levinson, Stephen (1983) *Pragmatics*. Cambridge University Press, Cambridge (Inglaterra).
- Muller, A. L. (1997) “A Gramática das Formas Possessivas no Português do Brasil”. Dissertação de Doutorado, UNICAMP, Campinas.
- Negrão, E. & Muller, A. L. (1996) “As mudanças no Português Brasileiro: substituição ou especialização?” *DELTA* 12 (1): 125-152.
- Rooth, M. (1985) “Association with Focus”. Dissertação de Doutorado, Universidade de Massachusetts, Amherst (EUA).
- Rooth, M. (1995) “Indefinites, Adverbs of Quantification, and Focus Semantics”. In Carlson & Pelletier, eds.
- Zubizarreta, Maria Luiza (1998) *Word Order, Prosody and Focus*. MIT Press, Cambridge (EUA).